

MESA REDONDA - A CIDADE DO FUTURO

João Ferrão

Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Lisboa

joao.ferrao@ics.ul.pt

Ao longo da história da humanidade foram produzidas inúmeras narrativas literárias, científicas, populares e políticas sobre a cidade do futuro. Exatamente porque falam sobre o futuro, grande parte dessas narrativas possuem uma forte componente visionária. Desejado ou temido, planejado ou fruto incontrolado das circunstâncias, o futuro foi sendo imaginado como algo bastante distinto do presente.

As cidades do futuro integram-se nessa tendência, sendo umas vezes vistas como o palco por excelência da criação planejada do futuro e outras como o espaço clímax das manifestações de terríveis futuros cujos efeitos escapam ao domínio humano. Utopias e distopias urbanas foram, assim, sendo produzidas ao longo dos tempos, configurando profecias com graus de concretização muito distintos.

Sendo bastante distintas entre si, todas essas ideias sobre a cidade do futuro espelham os contextos sociopolíticos e históricos em que foram produzidas. Importa, portanto, lembrar que qualquer debate atual sobre a cidade do futuro se confrontará inevitavelmente com um sentimento de dupla perda: a de um passado recente, não raro irrealisticamente endeusado, que não é possível recuperar; e a de um futuro anunciado em nome de uma concepção linear de progresso, que não irá concretizar-se.

Por outro lado, todas as utopias e distopias urbanas partilham o facto de considerarem as cidades com os grandes palcos da mudança.

É, pois, partindo do contexto atual de sentimento de dupla perda e olhando para as cidades como espaços historicamente privilegiados de mudança que iremos apresentar de seguida algumas observações.

. A cidade do futuro: como pensá-la?

Os debates científicos acerca da cidade do futuro têm suscitado questões diferentes, que se associam a preocupações e metodologias igualmente distintas.

Talvez a pergunta mais corrente seja: como vão ser as cidades do futuro? Ao nível académico, a resposta a esta questão baseia-se, em geral, em análises de tendências e em previsões efetuadas a partir de séries estatísticas temporais e de análises empíricas com uma componente histórica.

Já a pergunta, igualmente habitual, sobre 'como devem ser as cidades do futuro' pressupõe uma perspetiva mais normativa, nuns casos de natureza visionária e noutros de tipo prescritivo, tendo por base princípios e critérios técnico-científicos associados ao conceito de 'boa cidade'.

Mas a pergunta que eu gostaria de colocar é ainda uma outra: como construir coletivamente o futuro das cidades, ou talvez dito de forma mais adequada, como construir cidades com futuro?

Esta é uma visão mais processual, que não procura deduzir situações a partir de evoluções passadas ou impor soluções consideradas adequadas. Claro que é impossível debater futuros desejados para as cidades sem levar em conta quer tendências passadas quer princípios orientadores. Mas colocar o foco no “quem “ (atores) e no “como” (procedimentos, instrumentos), e não no “o quê”, permite uma visão mais relacional e dinâmica dos processos de construção da cidade do futuro.

Esta é uma perspectiva menos familiar para os demógrafos. Ao mesmo tempo, é uma questão que tende a mobilizar cientistas e técnicos pouco sensíveis à importância dos conhecimentos demográficos. Trata-se, pois, de uma pergunta não só relevante em si própria como propiciadora de novos diálogos científicos que incluam a dimensão demográfica no centro das análises desenvolvidas.

. Construir a cidade do futuro num contexto de crise e austeridade

A cidade do futuro é pensada a partir de contextos concretos. Debater hoje a cidade do futuro implica, portanto, levar em conta o contexto de crise e austeridade que grande parte do mundo ocidental vive desde 2007/8. A rede URBACT produziu recentemente (2011) um primeiro estudo sobre o impacto da crise em diversas cidades europeias. Dos resultados obtidos, baseado num questionário aplicado a responsáveis de diversas cidades, ressaltam dois problemas principais: o aumento do desemprego e os problemas de gestão com que essas cidades se confrontam como resultado de fortes restrições orçamentais e, também, da diminuição do investimento privado.

Face a este contexto, a questão anterior pode agora ser formulada de um modo um pouco distinto: como construir um novo ciclo de prosperidade – no duplo sentido de melhoria das condições materiais de vida e de aumento da qualidade de vida em termos subjetivos – nas cidades, a partir das cidades e com as cidades?

. Construir cidades com futuro a partir de agendas transformadoras

A construção de um novo ciclo de prosperidade pressupõe a existência de agendas transformadoras que, a partir dos atores e das necessidades, competências e potencialidades de cada cidade, contribuam para aumentar a capacidade estrutural de essas cidades se adaptarem através de mudanças que estimulem a transição para novos

modelos de desenvolvimento: mais crescimento económico, certamente, mas polarizado por finalidades mais amplas, de bem-estar e felicidade.

De novo a questão demográfica se torna central: porque falar de cidades e de vida coletiva urbana implica necessariamente falar de pessoas mas, também, porque qualquer modelo de desenvolvimento tem requisitos (limiares mínimos) e limites (limiares máximos) que é necessário conhecer, debater e assegurar (no primeiro caso) ou não ultrapassar (no segundo).

A elaboração e concretização de agendas transformadoras implicam, nomeadamente, três condições.

Em primeiro lugar, exercícios inclusivos de cenarização estratégica. Ou seja, colocar os vários atores da cidade, individuais e coletivos, poderosos ou sem voz, organizados ou dispersos, a definir coletivamente prioridades partilhadas a partir de pontos de vista, interesses, capacidades e expectativas distintos. Existem hoje metodologias robustas que permitem desenvolver exercícios de cenarização estratégica, isto é, de identificação de cenários de futuro alternativos, independentemente da sua plausibilidade ou desejabilidade. Perante os vários cenários identificados, uns de maior continuidade, outros de maior rutura, é mais fácil efetuar escolhas e desenhar uma agenda transformadora que contribua para que as cidades desempenhem aquela que talvez sempre tenha sido a sua função principal: constituir um palco de criação de oportunidades para todos, de mudança, de inovação social, de bem-estar.

Em segundo lugar, a qualidade das instituições, entendidas estas na sua forma mais ampla: as organizações públicas e não-governamentais, as empresas, mas também as famílias e o conjunto de normas que regem a vida coletiva dessas diversas entidades, no seu interior e entre si. Há muito que sabemos que existe uma forte relação entre a qualidade das instituições e a qualidade da cidadania e da democracia. A construção e a concretização de uma agenda transformadora nas cidades, com as cidades e para as cidades serão tanto mais eficientes quanto maior for a qualidade das instituições envolvidas nesses processos. Melhor gestão, legislação mais apropriada ou tecnologias mais inteligentes tornarão, certamente, as cidades mais resilientes aos choques externos próprios de um mundo cada vez mais complexo e imprevisível. Mas se a ambição for construir um futuro coletivo mais sustentável para as cidades, ou seja, construir cidades com futuro, esse tipo de iniciativas apenas ganhará real significado se enquadradas numa agenda mais geral, transformadora, baseada na ação de instituições qualificadas, ou seja, simultaneamente capacitadas, competentes e responsáveis.

Finalmente, e como terceira condição, emergem as estratégias integradas de desenvolvimento urbano. O ciclo comunitário 2014-20 inclui, aliás, diversos instrumentos de programação integrada para territórios específicos. Mas, decorrendo esta Conferência em Guimarães, vale a pena relembrar como esta cidade tem recorrido, de forma inovador e exemplar, a este tipo de estratégias: primeiro, com uma intervenção na área central da cidade, com o duplo objetivo de garantir condições dignas de habitação à população residente e de reabilitar o edificado existente; e, depois, com um projeto de refuncionalização de uma antiga área industrial desativada em cooperação com a Universidade do Minho. Estas duas intervenções configuram, aliás, o que vulgarmente se designa na bibliografia da especialidade por primeira e segunda gerações de políticas integradas de reabilitação urbana, a primeira centrada nas questões da habitação e a segunda na reocupação, por novas atividades e grupos sociais, de espaços tornados obsoletos e, posteriormente, abandonados. A estas duas gerações, e sem as anular, desenvolver-se-á, certamente, uma terceira geração de estratégias integradas de desenvolvimento urbano centrada na integração física e funcional de espaços urbanos e rurais, através do reforço e requalificação dos diversos sistemas que asseguram a articulação entre esses espaços (sistemas biofísicos, infraestruturas, mobilidade, redes de equipamentos, programação conjunta de atividades, etc.).

. A construção de cidades com futuro e a demografia

Mais do que prever ou antecipar a cidade do futuro, o que pressupõe que ela preexiste como inevitabilidade ou modelo, importa aprender a construir cidades com futuro. Este é um objetivo recorrente, aplicável a qualquer época ou contexto histórico, mas particularmente urgente em situações de crise e transição como a que hoje vivemos.

Sucedem que, face ao sentimento de dupla perda inicialmente referido, nos encontramos particularmente mal munidos para desenvolver essa tarefa. Nesse exercício difícil, as análises demográficas e o conhecimento dos demógrafos deverão ocupar um papel central. Esse é um repto tanto para os que pensam que é possível desenvolver processos de cenarização estratégica prescindindo da dimensão demográfica como para aqueles que insistem em não questionar as velhas fronteiras da zona de conforto do trabalho dos demógrafos. Não, como vimos, porque a cidade do futuro seja um mero prolongamento do passado e do presente. Não porque a cidade do futuro esteja previamente identificada, tornando-se agora necessário garantir as condições demográficas e outras para lá chegar. Mas antes porque a construção coletiva de cidades com futuro se faz com e para as pessoas, em torno de projetos de cidade que apontem como principal finalidade o bem-estar e a felicidade dos habitantes, dos utilizadores e dos beneficiários da cidade. 'A cidade somos nós: como poderá a demografia ficar de fora?'

